

ANEXO - 1

UF	NORMATIVO	INICIDÊNCIA	LIMITE	ESTRATÉGIA DE ACOMPANHAMENTO	SANÇÕES	OBSERVAÇÕES
DF	Lei 6112/18	Pessoas jurídicas que celebrem contratos, convênios, consórcio, ppp, ou similares. Admin. Direta e Indireta.	> que R\$ 5 milhões; contratos com prazo de execução superior a 180 dias.	PJ que possua Programa de Integridade implementado deve entregar declaração com essa informação na assinatura do Contrato (Art.12); A PJ deve apresentar Relatório de Perfil e Relatório de Conformidade para ter o seu Programa avaliado (Art. 7º).	Multa de 0,08% do valor do contrato, ao dia, limitado a 10% (Art. 8º); Rescisão do contrato (Art. 10º, Inciso II); e Impedimento de contratar com a Admin. Pública até regularização da situação. (Art.10º, Inciso III).	O valor da multa pode ser deduzido do valor a ser pago à empresa; Da data de notificação da multa a empresa tem um prazo de 15 dias para recorrer. O normativo possui rito detalhado desse recurso, que foi incluído em 2019; A Lei detalha os parâmetros que devem constar em um Programa de Integridade, os quais também serão utilizados para realizar sua avaliação (Art. 6º).
RJ - Governo Estado	Lei 7753/17	Pessoas jurídicas que celebrem contratos, convênios, consórcio, PPP; Admin. Direta e Indireta.	> R\$ 1,5 milhão (obras); > R\$ 650 mil (Compras); Valores atualizados pela UFIR; Contratos com prazo de execução superior a 180 dias;	PJ que possua Programa de Integridade implementado deve entregar declaração com essa informação na celebração do Contrato (Art. 10); O "Gestor do Contrato" fiscaliza a implantação do Programa e informa, ao ordenador de despesa, sobre o não cumprimento desse exigência (Art. 11, III) ou sobre o seu cumprimento fora do prazo de 180 dias após a celebração (Art. 11,IV).	Multa de 0,02% do valor do contrato, ao dia, limitado a 10 % (art. 6º); O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarreta na impossibilidade da contratação da empresa com o Estado do RJ até a sua regular situação.(Art. 8º)	A implantação do Programa deve ocorrer no prazo de 180 dias corridos contados da data de celebração do contrato (Art. 5º); A Lei detalha os parâmetros que devem constar em um Programa de Integridade, os quais também serão utilizados para realizar sua avaliação (Art. 4º).
AM - Governo do Estado	Lei 4730/18	Pessoas jurídicas que celebrem contratos, convênios, consórcio, PPP. Admin. Direta e Indireta.	> R\$ 3,3 milhões (Obras); > R\$ 1.430 mil (Compras); Contratos com prazo de execução superior a 180 dias.	PJ que possua Programa de Integridade implementado deve entregar declaração com essa informação na celebração do Contrato (Art. 9º); "Gestor do Contrato" fiscaliza a implantação do Programa e informa ao ordenador de despesa o não cumprimento desse exigência, ou o seu cumprimento fora do prazo de 180 dias da celebração(Art. 10).	Multa de 0,02% do valor do contrato, ao dia, limitado a 10 % (Art. 6.º); O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com o Estado do Amazonas até a regularização da situação (Art. 7º).	Contratos celebrados antes da Lei, mas que sofrerem alterações (aditivo, prorrogação, renovação, etc) no valor acima de R\$ 3,3 milhões (Obras), de R\$ 1.430 mil (Compras) e prazo superior a 180 dias, ficam submetidos aos termos da nova Lei. (Art.1º, §2º); A Lei detalha parâmetros que devem constar em um Programa de Integridade, os quais também serão utilizados para realizar sua avaliação (Art.4º); A PJ que não possui Programa de Integridade, deverá implantá-lo no prazo de 180 dias (Art. 5º).

GO - Governo do Estado	Lei 20489/19	Pessoas jurídicas que celebrem contratos, convênios, consórcio, PPP. Admin. Direta e Indireta.	<p>> R\$ 1,5 milhão (Obras);</p> <p>> R\$ 650 mil (Compras);</p> <p>Contratos com prazo de execução superior a 180 dias.</p>	<p>PJ que possua Programa de Integridade implementado deve entregar declaração com essa informação na celebração do Contrato (Art. 10º);</p> <p>A PJ deve apresentar Relatório de Perfil e Relatório de Conformidade para ter o seu Programa avaliado (Art. 6º).</p>	<p>Multa de 0,1% do valor do contrato, ao dia, limitado a 10 % (Art. 7º e Art. 7º, § 1º) ;</p> <p>Pode acarretar a rescisão do contrato e o impedimento de contratar com a Admin. Pública por 2 anos ou até implementar o programa. (Art. 8º)</p>	A Lei detalha parâmetros que devem constar em um Programa de Integridade, os quais também serão utilizados para realizar sua avaliação (Art.5º).
RS - Governo do Estado	Lei 15228/18	Pessoas jurídicas que celebrem contratos, convênios, consórcio, PPP. Admin. Direta e Indireta.	<p>> R\$ 330 mil (Obras)</p> <p>> R\$ 176 mil (Compras);</p> <p>Contratos com prazo de execução superior a 180 dias.</p>	Não detalha procedimentos de verificação e fiscalização.	<p>Multa de 0,02% do valor do contrato, ao dia, limitado a 10 % (Art. 40) ;</p> <p>O não cumprimento dessa exigência acarretará na impossibilidade de celebrar novo contrato com a Administração e a PJ será inserida no CADIN/RS, até regularização de sua situação (Art. 41).</p>	Fica dentro da Regulamentação da Lei 12846 no Estado;
BR - Ministério da Agricultura	Portaria 877/18	Contratos do MAPA.	> R\$ 5 milhões.	<p>Empresa deve encaminhar ao órgão documentação comprobatória da implementação do Programa (Art. 4º).</p> <p>A Coordenação de Logística e setores administrativos devem acompanhar o cumprimento do prazo de envio da documentação comprobatória do Programa e encaminhar para a Unidade Responsável pela Política de Integridade do MAPA para avaliar o Programa (art. 5º).</p> <p>Orientados pela Unidade responsável pela Política de integridade do MAPA, os fiscais de contrato podem fiscalizar a efetividade dos programas de integridade das contratadas ou solicitar esclarecimentos sobre não conformidades detectadas na avaliação (Art. 8º)</p>	Não prorrogation do contrato;	<p>Os contratos devem possuir cláusula estabelecendo o prazo de 9 meses para que a empresa implmente o Programa.</p> <p>Dese modo, embora tal informação não seja explícita, a exigência só é viável em contratos com prazo de execução superior a 9 meses;</p> <p>A norma cria exigências específicas de implementação de mecanismos de integridade para contratos que forem prorrogados, aumentando as exigências de acordo com a duração total do contrato (mais de 2 anos; mais de 3 anos; e mais de 4 anos de contrato);</p> <p>Caso seja detectado fraude na apresentação de documentos para comprovação do programa de Integridade, pode-se incorrer em infrações previstas na lei 12846/13.</p>

MT - Governo do Estado	Lei 11123/20	empresas que celebrem contrato, consórcio, convênio, concessão ou parceria público-privada com a Administração Pública direta, indireta e fundaciona	> R\$ 176 mil - tomada de preço (redação confusa na Lei)	<p>A empresa deve apresentar o seu Programa de Integridade (apresentar relatório de perfil e relatório de conformidade do) na assinatura do contrato ou implementá-lo no prazo de 180 dias (Art. 5º);</p> <p>O Programa será avaliado por uma Comissão de 3 pessoas indicadas pela CGE, Procuradoria e Fazenda (Art. 4º, § 1º).</p>	<p>Multa de 0,02% ao dia (após os 180 dias) limitado a 10% do valor do contrato (Art. 6º);</p> <p>A empresa que não apresentar o Programa (ou o programa que for avaliado como não adequado) receberá sanção de suspensão de contratar com o Governo do Estado até regularização da sua situação (Art. 8º).</p>	<p>Traz a sanção de suspensão de contratar com o governo do Estado para a empresa que não apresentar ou não implementar seu Programa de Integridade;</p> <p>A Lei não limita um prazo máximo de suspensão para contratar com o Estado;</p>
PE - Governo do Estado	Lei 16722/19	As pessoas jurídicas de direito privado, inclusive aquelas qualificadas como organizações sociais, que celebrem contratos administrativos ou de gestão	<p>> R\$ 10 milhões em 2012 e > R\$5 milhões em 2023 (Obras)</p> <p>> R\$ 10 milhões em 2024 (Compras)</p>	<p>A empresa deve apresentar Relatório de perfil e de Relatório de Conformidade para avaliação;</p> <p>A avaliação do programa é feita pela CGE (para contratos de OBRAS) e pelo setor de controle interno da Secretaria ou Órgão contratante para COMPRAS);</p> <p>Na avaliação o órgão emite um Certificado com validade de 2 anos.</p>	<p>No caso de não apresentação do Programa - Multa de 0,2% ao dia limitado a 20% do contrato . - No caso de Progrmaa avaliado em desconformidade multa de 0,1% ao dia até o máximo de 10%. - A não apresentação do Programa após o limite da multa ou a apresentação de Programa que tenha avaliação abaixo de 50% pode ensejar a rescisão do contrato. A não apresentação do Programa pode impedir também a realização de aditivos e impossibilita de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, até a efetiva comprovação de implementação do Programa de Integridade.</p>	<p>Sanção de impedimento de participar de licitações para a empresa que não apresentar o Programa. A avaliação é expressa em um certificado do Programa com validade de 2 anos.</p>
SE - PREFEITURA DE ARACAJU	Lei 5241/19	Pessoas jurídicas que celebrem contratos, convênios, consórcio, PPP. Admin. Direta e Indireta.	<p>Valor superior a licitação na modalidade Tomada de Preço: R\$ 176 mil (compras); R\$ 330 mil (obras).</p> <p>Contratos com prazo de execução superior a 180 dias.</p>	<p>A PJ deve apresenta Relatório de perfil e Relatório de conformidade, para ter o seu Programa avaliado. (Art. 7º);</p> <p>"Gestor do Contrato" fiscaliza a implantação do Programa e informa ao ordenador de despesa o não cumprimento desse exigência, ou o seu cumprimento fora do prazo. (180 dias da celebração).</p>	<p>Multa de 0,1% do valor do contrato, ao dia, limitado a 10 %; Pode acarretar a rescisão do contrato e o impedimento de contratar com a Admin. Pública por 2 anos ou até implementar o programa. (Art. 10º)</p>	<p>Texto ambiguo quanto ao prazo dos contratos que incidiria a exigência. Inicialmente se valo em contratos com prazo superior a 180 dias (Art. 1º) mas depois fala em contratos superiores a 12 meses (Art. 2º, Inciso II); Detalha parâmetros que tem constar num Programa de Integridade, com base nos quais será avaliado. (Art.6º). PJ que não tem o Programa deve implantar em até 180 dias;</p> <p>O texto também não é claro com relação aos limites de valores, uma vez que cita os antigos limites de R\$ 80 mil e R\$ 650 mil. Todavia esses valores limites de licitação foram alterados pelo Decreto 9412/18.</p>

ARGENTINA	Ley 27401/17	Empresas que contratam com o Estado Nacional	<p>Contratos de grande vulto que tenha que ser aprovados por autoridades de Ministro ou superiores;</p> <p>Contratos de concessão de serviços públicos;</p> <p>Contratos regidos por algumas leis específicas (artículo 4° del decreto delegado N° 1023/01 ; leyes 13.064; 17.520; 27.328)</p>	<p>Não especifica quem é o responsável por realizar a avaliação;</p> <p>Especifica os critérios de avaliação (Art. 22 e Art. 23).</p>	Não especificadas.	<p>Artigo incluso na Lei Anticorrupção da Argentina.</p> <p>Similar à norma Brasileira, a Lei especifica a exigência de Programas de Integridade como atenuante, como requisito para celebração de Acordos de Leniência e para contratações de grande vulto.</p>
BNDES	não identificado	não identificado	não identificado	Aplicação de questionário de avaliação do Programa de Integridade	Não identificadas.	Aplica um Questionário avaliativo do programa de Integridade em seus fornecedores.
PETROBRÁS	Programa Petrobrás de Prevenção à Corrupção	fornecedores e parceiros comerciais.	não identificado	<p>Due Diligence de Integridade (DDI) como condição para participação em licitação, executada em 3 etapas:</p> <p>1 - preenchimento de questionário de integridade e envio de documentação comprobatória pelo fornecedor;</p> <p>2 - coleta de informações sobre o fornecedor em fontes externas;</p> <p>3 - avaliação de risco de integridade (GRI) com base nas informações coletadas para cada fornecedor (Grau Baixo, médio ou alto)</p>	Impedimento para participação em licitações para as empresas classificadas com alto Grau de Risco de Integridade.	<p>Como a avaliação de riscos é anterior a licitação, identificou-se que algumas empresas que possuem GRI alto, e que foram impedidas de licitar, ingressaram na justiça contra a Petrobras.</p> <p>Entretanto, a alternativa de análise do programa de integridade do fornecedor, estabelecendo uma avaliação de riscos de integridade, pode ser uma alternativa interessante para formatar a atuação da fiscalização do contrato de acordo com esse parâmetro.</p>